



Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Escola de Ciências Sociais e da Saúde

Departamento de Psicologia

Impactos do Divórcio no Desenvolvimento Infantil: Uma Revisão da Literatura

Beatriz Freire Bandeira de Almeida

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Moraes Katopodis

Goiânia, maio de 2025

Impactos do Divórcio no Desenvolvimento Infantil: Uma Revisão da Literatura

Beatriz Freire Bandeira de Almeida
Valéria Moraes Katopodis

Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar os impactos da dissolução conjugal no desenvolvimento socioemocional de crianças na primeira infância, por meio de uma revisão narrativa da literatura científica. A separação dos pais, cada vez mais comum na sociedade contemporânea, impõe desafios significativos para o núcleo familiar, especialmente para as crianças em fase inicial do desenvolvimento. A partir de referenciais como a Teoria do Apego de Bowlby (1982) e estudos contemporâneos sobre coparentalidade, este estudo analisa como fatores como ausência parental, conflitos interparentais e instabilidade emocional podem afetar a formação de vínculos, a regulação emocional e o comportamento infantil. Destaca-se o papel protetivo da coparentalidade colaborativa e da guarda compartilhada bem estruturada, bem como a importância de intervenções psicológicas precoces. Os resultados apontam para a necessidade de maior atenção à saúde emocional das crianças em contextos de divórcio e reforçam a importância de políticas públicas e práticas clínicas sensíveis às demandas dessa população.

Palavras-chave: dissolução conjugal, coparentalidade, desenvolvimento emocional, primeira infância

Abstract

This study aims to investigate the impacts of marital dissolution on the socio-emotional development of children in early childhood, through a narrative review of the scientific literature. Parental separation, increasingly common in contemporary society, poses significant challenges for the family nucleus, especially for children in the early stages of development.

Based on references such as Bowlby's Attachment Theory (1982) and contemporary studies on coparenting, this study analyzes how factors such as parental absence, interparental conflicts and emotional instability can affect the formation of bonds, emotional regulation and child behavior. The protective role of collaborative coparenting and well-structured shared custody is highlighted, as well as the importance of early psychological interventions. The results point to the need for greater attention to the emotional health of children in contexts of divorce and reinforce the importance of public policies and clinical practices sensitive to the demands of this population.

Keywords: marital dissolution, coparenting, emotional development, early childhood

Introdução

A dissolução conjugal, seja por divórcio formal ou separação informal, é um fenômeno social amplo que acarreta mudanças estruturais, emocionais e financeiras significativas na dinâmica familiar (Oliveira & Crepaldi, 2018). Esse processo, cada vez mais comum, impõe desafios tanto para adultos quanto para crianças, exigindo adaptação a novas configurações familiares (Ambros et al., 2022). Na primeira infância, tais mudanças podem comprometer o desenvolvimento emocional e comportamental, tornando esse período particularmente vulnerável (Papalia & Feldman, 2013).

Segundo Bowlby (1982), a teoria do apego destaca a importância de figuras parentais consistentes e seguras para formação de vínculos afetivos saudáveis. Essa segurança emocional é essencial para a autoconfiança e a capacidade de estabelecer relações interpessoais futuras. No entanto, a ausência de um dos genitores, conflito interparental ou mudanças abruptas na estrutura familiar após a dissolução conjugal podem prejudicar esse processo, dificultando a regulação emocional e favorecendo problemas comportamentais (Roseiro et al., 2020).

A ausência parental manifesta-se de diferentes formas, cada uma impactando o desenvolvimento infantil de maneira única. A ausência física, marcada pela redução significativa do contato entre a criança e um dos genitores após a separação, pode prejudicar a formação de vínculos seguros e gerar sentimentos de abandono. Já a ausência emocional ocorre quando o genitor, embora presente fisicamente, demonstra envolvimento afetivo limitado, comprometendo a sensação de segurança e previsibilidade da criança (Dalbem & Dell’Aglío, 2005).

A primeira infância, fase de intenso desenvolvimento neuropsicológico, exige forte suporte parental para que a criança compreenda e gerencie suas emoções. Papalia e Feldman (2013) enfatizam que alterações no ambiente familiar nesse período podem levar a desajustes emocionais e cognitivos, especialmente na ausência parental ou em situações de conflito frequente. O aumento global das taxas de divórcio agrava esse cenário, expondo mais crianças a experiências estressantes e disruptivas (IBGE, 2023; Oliveira & Crepaldi, 2018).

Nesse contexto, a qualidade da coparentalidade é fundamental para adaptação das crianças à dissolução conjugal. Estudos mostram que a coparentalidade colaborativa, com comunicação eficaz e suporte mútuo entre os genitores, cria um ambiente estável e favorece o desenvolvimento emocional equilibrado (Ambros et al., 2022). Em contrapartida, o conflito coparental está associado a problemas comportamentais como ansiedade, agressividade e dificuldades acadêmicas (Medina-Martínez et al., 2024).

A guarda compartilhada, prevista na *Lei nº 13.058/2014*, busca mitigar os efeitos negativos da dissolução conjugal, garantindo a participação ativa de ambos os genitores na criação dos filhos. Esse modelo visa proporcionar estabilidade emocional e reduzir a alienação parental, mantendo vínculos significativos com ambos os cuidadores (Palhares et al., 2018). No entanto, sua implementação enfrenta desafios como conflitos interparentais persistentes e

barreiras culturais à corresponsabilidade na educação dos filhos (Medina-Martínez et al., 2024).

Além disso, Dalbem e Dell’Aglío (2005) ressaltam que os modelos internos de funcionamento, desenvolvidos na infância, são influenciados pela qualidade das interações parentais. A ausência parental ou o contato limitado com um dos genitores pode levar a padrões inseguros de apego, afetando a capacidade de estabelecer vínculos afetivos saudáveis na vida adulta. Compreender esses modelos internos é crucial para avaliar o impacto a longo prazo de experiências familiares adversas.

Pesquisas recentes destacam a importância de intervenções precoces para minimizar os impactos negativos da dissolução conjugal. Roseiro et al. (2020) argumentam que crianças expostas a altos níveis de estresse decorrentes da separação parental tendem a adotar estratégias de enfrentamento mal adaptativas, intensificando os efeitos do conflito familiar. Intervenções que promovem a resiliência emocional e fortalecem a coparentalidade são, portanto, essenciais.

Diante desse cenário, compreender os efeitos psicológicos e comportamentais da dissolução conjugal na primeira infância torna-se essencial para embasar políticas públicas e intervenções voltadas ao bem-estar infantil. Assim, este estudo tem como objetivo investigar os efeitos da dissolução conjugal no desenvolvimento socioemocional de crianças na primeira infância, com base em uma revisão narrativa da literatura científica, analisando os mecanismos que influenciam a formação do apego e a regulação emocional em contextos de divórcio.

Dessa forma, ao considerar as múltiplas implicações da dissolução conjugal no desenvolvimento infantil, especialmente na primeira infância, evidencia-se a relevância de uma abordagem sensível às necessidades emocionais das crianças nesse contexto. As experiências vividas nessa fase – marcadas pela ausência parental, conflitos interparentais e reestruturações familiares – têm o potencial de moldar profundamente a construção de vínculos afetivos, o

desenvolvimento da autorregulação emocional e as estratégias de enfrentamento diante de adversidades.

A primeira infância constitui um período decisivo para o desenvolvimento emocional e para a formação de vínculos seguros. A dissolução nesse contexto pode constituir trauma, insegurança, baixa autoestima e falta de capacidade de lidar com emoções. Diante do crescimento das taxas de divórcio, torna-se essencial, para a Psicologia, compreender as vivências da infância frente a separação parental.

Método

Este estudo foi conduzido por meio de uma revisão narrativa da literatura, método que possibilita síntese e discussão crítica sobre diferentes abordagens relacionadas aos impactos psicológicos e comportamentais da ausência parental na primeira infância. Seguindo os fundamentos da revisão narrativa (Rother, 2007), busca-se consolidar o conhecimento científico existente, identificar lacunas na literatura e contextualizar a temática dentro das abordagens contemporâneas da psicologia do desenvolvimento.

Após a definição do tema, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos estudos. Foram incluídos artigos publicados nos últimos 15 anos (2010-2025), nos idiomas português, inglês e espanhol, e excluídos revisões bibliográficas, capítulos de livros, publicações duplicadas e estudos que não tratavam especificamente do tema proposto ou que analisavam populações alheias ao contexto infantil.

A seleção de artigos foi realizada em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como PubMed, PsycINFO, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram baseados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), assegurando a padronização e a abrangência dos termos. Os principais descritores incluíram: “apego parental” (parental attachment), “separação parental” (parental separation),

“regulação emocional” (emotional regulation), “impactos psicológicos” (psychological impacts) e “primeira infância” (early childhood). Para refinar os resultados, foram utilizadas combinações entre os termos por meio de operadores booleanos (and e or), como, por exemplo: (“Parental attachment” and “Emotional regulation”) or (“Parental separation” and “Psychological impacts”).

O processo de seleção ocorreu em duas etapas: inicialmente, foi feita uma triagem dos títulos e resumos dos artigos identificados, garantindo os critérios de inclusão. Em seguida, os textos completos foram analisados para confirmar sua relevância e rigor metodológico. Os dados extraídos, incluindo autoria, ano de publicação, objetivos, metodologia e principais achados, foram organizados em uma planilha para facilitar a análise comparativa e descritiva.

Os dados foram categorizados de acordo com aspectos temáticos, como objetivos da pesquisa, delineamento metodológico e principais resultados relacionados à formação do apego e à regulação emocional na primeira infância. A análise permitiu identificar padrões e tendências que respondam à questão central da pesquisa comportamental das crianças.

No processo inicial de levantamento bibliográfico, foram encontrados 35 artigos nas bases de dados selecionadas, conforme descrito na metodologia. Após identificação e remoção de duplicatas, cinco artigos foram excluídos, resultando em 30 estudos únicos para análise.

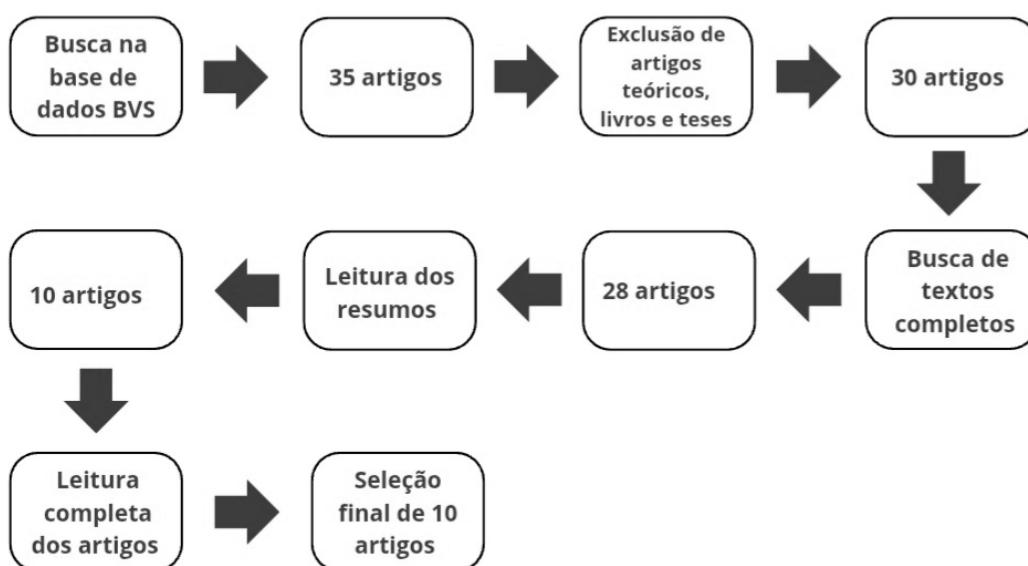
Na etapa seguinte, procedeu-se à avaliação dos títulos e resumos, com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Dois artigos foram eliminados por não abordarem diretamente a temática da dissolução conjugal no contexto da primeira infância, totalizando 28 artigos selecionados para leitura na íntegra.

Durante a análise completa dos textos, foram considerados aspectos como adequação metodológica, relevância dos resultados apresentados e coerência com os objetivos da presente revisão. Ao final dessa triagem, 18 artigos foram excluídos, principalmente por não atenderem aos critérios de elegibilidade ou por não aprofundarem em questões relacionadas ao apego, à

regulação emocional ou ao impacto direto do divórcio sobre crianças pequenas. Assim, 10 artigos foram selecionados e compuseram o corpo final da análise, conforme demonstrado no fluxograma de seleção (Figura 1).

Figura 1

Síntese do processo de seleção dos artigos



No que se refere à origem dos artigos selecionados, observou-se uma distribuição diversificada entre bases de dados nacionais e internacionais, refletindo o esforço em construir uma compreensão ampla e fundamentada sobre os impactos da dissolução conjugal no desenvolvimento infantil.

Na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde, a busca inicial, realizada por meio dos descritores “apego parental”, “separação parental” e “primeira infância”, resultou na identificação de cinco artigos. Após análise criteriosa, dois estudos foram incluídos por apresentarem aderência aos critérios temáticos e metodológicos definidos, com abordagens que destacavam os efeitos emocionais da ausência parental em crianças de até seis anos.

Na base internacional PubMed, foram encontrados seis artigos por meio dos descritores “parental attachment”, “emotional regulation” e “early childhood”. Desses, três estudos foram

selecionados para compor a análise final, com destaque para investigações que exploravam a relação entre conflitos interparentais, qualidade do vínculo afetivo e desenvolvimento emocional infantil.

Na base Scopus, foram localizados oito artigos. Após a leitura completa, dois deles foram incluídos na revisão por abordarem, de forma relevante, os efeitos da separação conjugal em crianças na primeira infância, especialmente no que diz respeito à formação de vínculos e estratégias de regulação emocional. Os demais estudos foram excluídos por exigirem acesso pago ou por não atenderem aos critérios de elegibilidade.

Na base PsycINFO, foram encontrados nove artigos, sendo que três foram incorporados à revisão. Esses estudos se destacaram por suas abordagens qualitativas sensíveis e metodologicamente consistentes, oferecendo perspectivas sobre as vivências infantis frente à dissolução conjugal, especialmente sob o ponto de vista das crianças e suas figuras de cuidado.

Embora o foco da busca estivesse concentrado nas bases acima citadas, não foi necessário recorrer à inclusão manual de artigos adicionais, visto que os dez artigos selecionados atenderam satisfatoriamente aos critérios de elegibilidade e ofereceram diversidade teórica e metodológica suficiente para subsidiar a análise proposta.

A seleção final dos estudos permitiu a elaboração de uma síntese descritiva, apresentada no Quadro 1. Essa sistematização possibilitou uma compreensão aprofundada das repercussões emocionais enfrentadas pelas crianças em contextos de separação parental, contribuindo para o avanço do conhecimento na área da Psicologia do desenvolvimento infantil.

Resultados e Discussão

Quadro 1

Periódicos selecionados para a revisão de literatura

Autores	Ano	Revista	Nacional/ Internacional	Objetivo	Justificativa	Método	Resultados	Discussão	Lacunas
Martins, A. I. R.	2010	<i>Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar</i>	Internacional	Compreender a experiência das crianças no divórcio parental.	O divórcio pode gerar desajustamentos emocionais e escolares.	Estudo quase-experimental com questionários e entrevistas qualitativas.	Impactos incluem tristeza, ansiedade e queda no rendimento escolar	A adaptação depende do suporte e da dinâmica familiar após o divórcio.	É necessário avaliar os efeitos a longo prazo e desenvolver intervenções específicas
Silva, N. L.P. et al.	2015	<i>Psico - USF</i>	Nacional	Comparar o ajustamento conjugal entre casais com e sem filhos com deficiência intelectual.	Filhos com deficiência podem impactar negativamente a relação conjugal.	Estudo quantitativo com casais; aplicação de questionários padronizados.	Casais com filhos com deficiência relataram menor satisfação conjugal; suporte social atuou como moderador.	Estratégias de suporte conjugal são essenciais em contextos de deficiência	Sugere-se ampliar o perfil dos casais e aprofundar a análise de fatores protetores.
Cúnico, S. D., & Arpini, D. M.	2015	<i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>	Nacional	Investigar razões para a ausência paterna após o divórcio.	A ausência paterna impacta o desenvolvimento infantil.	Entrevistas com cinco pais em serviço de mediação; análise temática.	Paternidade associada a experiências negativas, dificuldades emocionais.	A ausência está ligada a crenças culturais e emocionais.	Sugerem-se intervenções para promover o envolvimento paterno.

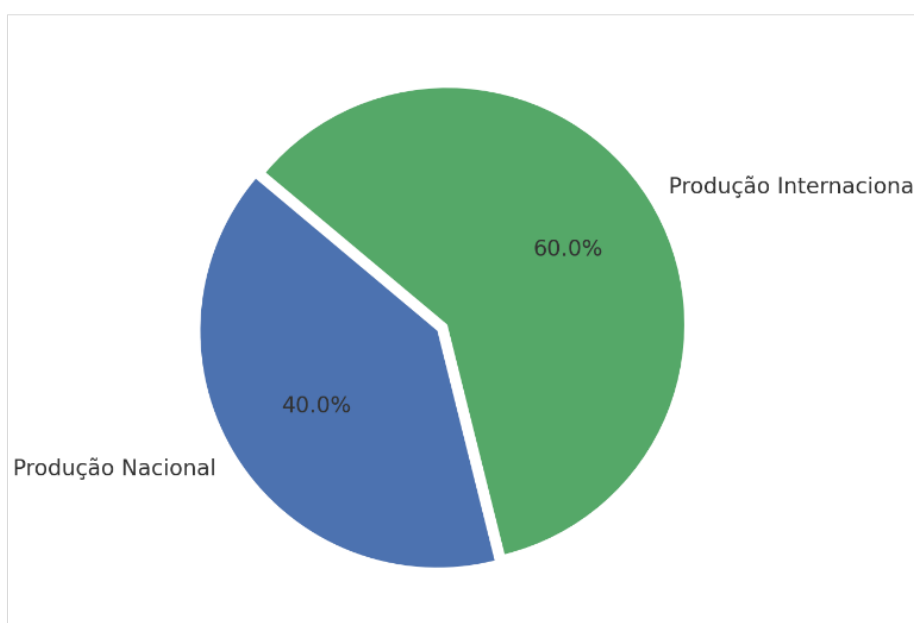
Autores	Ano	Revista	Nacional/ Internacional	Objetivo	Justificativa	Método	Resultados	Discussão	Lacunas
Almeida, C. G. de et al.	2016	<i>Revista Estudos de Psicologia (PUC-Campinas)</i>	Nacional	Identificar dificuldades na relação entre pais e filhos após o divórcio.	A separação pode agravar dificuldades emocionais e comportamentais.	Estudo com três pais e três crianças; sessões de intervenção com atividades expressivas.	Melhoria na relação, aumento da expressividade emocional.	A coparentalidade influencia o desenvolvimento emocional.	Sugerem-se estudos com pais que não detêm a guarda para ampliar o entendimento.
Eymann, A. et al.	2016	<i>Journal of Pediatrics</i>	Internacional	Avaliar a qualidade de vida psicossocial de crianças com pais divorciados.	É importante identificar fatores que minimizem os efeitos do divórcio.	Estudo transversal com 313 famílias; questionários aplicados às mães.	A separação amigável e o tempo desde o divórcio influenciaram positivamente na qualidade de vida.	O impacto pode ser minimizado com suporte e comunicação adequada.	Faltam estudos que incluam a visão da própria criança sobre o processo.
Roseiro, C. P., Pereira de Paula, K. M., & Mancini, C. N.	2020	<i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i>	Nacional	Investigar o estresse e as estratégias de enfrentamento de crianças no contexto do divórcio parental.	O divórcio é um evento estressor que pode afetar psicologicamente as crianças.	30 crianças (10-12 anos) e seus pais; entrevistas e escalas de estresse e coping.	Crianças expostas a mais estressores usaram estratégias de enfrentamento mal adaptativas.	O impacto depende da forma como a criança lida com o divórcio. Estratégias mal adaptativas aumentam o risco de problemas emocionais.	Necessidade de mais estudos sobre eficácia de intervenções de apoio psicológico.

Autores	Ano	Revista	Nacional/ Internacional	Objetivo	Justificativa	Método	Resultados	Discussão	Lacunas
Vergara-del Solar, A., & Sepúlveda-Galeas, M.	2022	<i>Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud</i>	Internacional	Investigar os discursos culturais sobre o divórcio em diferentes grupos sociais.	A percepção do divórcio é moldada por discursos culturais diversos.	Entrevistas triangulares com análise discursiva em Santiago, Chile.	Identificaram-se discursos tradicionais e emergentes sobre o divórcio.	O divórcio é uma construção cultural que varia conforme o contexto.	Recomendam-se estudos em outras regiões e com diferentes variáveis (religião, etnia etc.). Sugerem-se intervenções para promover o envolvimento paterno.
Oliveira, J. L. A. P. et al.	2022	<i>Pensando Família</i>	Nacional	Compreender a coparentalidade e o envolvimento paterno após o divórcio.	A ausência paterna impacta o desenvolvimento infantil.	Grupos focais com seis mães e seis pais; análise temática com software Atlas.ti.	O envolvimento do pai tende a diminuir quando há conflitos; a coparentalidade é fator-chave para o bem-estar infantil.	Relações coparentais influenciam diretamente no ajustamento infantil.	É necessário ampliar estudos qualitativos sobre coparentalidade e estratégia
Martinez, S. M. M. et al.	2024	<i>Horizonte Sanitário</i>	Internacional	Avaliar a eficácia de uma intervenção familiar em luto complicado por separação conjugal.	A separação pode gerar luto complicado; busca por evidências de intervenções eficazes.	Participantes com luto complicado. Sessões estruturadas de apoio familiar.	Melhora da funcionalidade familiar e redução de sintomas emocionais.	A intervenção mostrou-se eficaz e deve ser ampliada em atenção primária.	Recomendam-se mais estudos específicos para diferentes perfis familiares.

Sobre a origem das produções, percebe-se a discrepância da produção nacional em relação à internacional, como ilustrado no Gráfico 1. Apesar de a temática da dissolução conjugal e seus impactos no desenvolvimento infantil serem amplamente abordados na literatura internacional, a quantidade de pesquisas nacionais ainda é limitada. Dos dez artigos selecionados no Quadro 1, apenas quatro são de origem nacional, enquanto seis são internacionais.

Gráfico 1

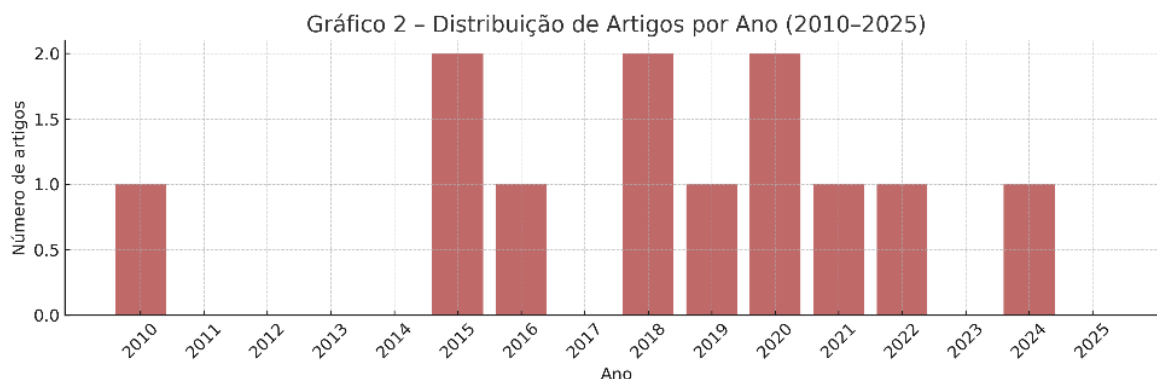
Distribuição dos artigos em relação à origem



No que tange à distribuição dos periódicos em relação ao ano de publicação, não é observada variação significativa entre os anos, sendo os anos de 2015 e 2020 os que apresentam maior número de publicações. Esse padrão sugere um interesse contínuo na temática ao longo do tempo, mas sem crescimento expressivo em determinadas épocas.

Gráfico 2

Distribuição dos artigos em relação ao ano de publicação



Após a leitura e análise dos estudos selecionados, os resultados desta revisão foram organizados em quatro categorias temáticas previamente definidas: (1) efeitos da dissolução conjugal nas crianças, (2) qualidade da coparentalidade e guarda compartilhada, (3) contribuições da psicologia clínica no contexto da separação, e (4) impactos da dissolução conjugal no desenvolvimento emocional infantil.

Efeitos da dissolução conjugal nas crianças

A dissolução conjugal, especialmente quando ocorre em contextos marcados por conflito, instabilidade e ausência de diálogo, apresenta efeitos significativos sobre a saúde emocional e comportamental da criança. Os estudos analisados indicam que o divórcio dos pais pode ser vivido como uma ruptura afetiva profunda, sobretudo na primeira infância, fase em que a criança está construindo suas bases de segurança, vínculo e previsibilidade emocional.

Segundo Martins (2010) e Eymann et al. (2016), essa experiência pode desencadear reações como agressividade, ansiedade, retraimento, sentimentos de rejeição, distúrbios de sono e alimentação, além de dificuldades escolares. Esses efeitos tendem a ser mais intensos quando não há suporte emocional adequado por parte dos adultos responsáveis, o que pode levar a um sentimento persistente de abandono e insegurança.

A forma como os adultos conduzem o processo de separação exerce influência direta na maneira como as crianças vivenciam essa transição. Separações conflituosas, marcadas por acusações mútuas e cortes abruptos no vínculo com um dos genitores, estão associadas a danos psicológicos mais severos. Em contrapartida, crianças cujos pais mantêm uma postura respeitosa, explicam a situação de modo apropriado à idade e asseguram a continuidade do afeto tendem a demonstrar maior capacidade de adaptação e menor sofrimento emocional (Almeida et al., 2020). Assim, os efeitos do divórcio não estão necessariamente relacionados ao evento em si, mas à forma como ele é vivenciado e gerenciado no ambiente familiar.

Por outro lado, os resultados revelam que os impactos do divórcio não são homogêneos entre todas as crianças, sendo modulados por diferentes fatores de risco e proteção. Entre os fatores de risco, destacam-se a alienação parental, a judicialização excessiva das disputas de guarda e a instabilidade residencial ou na rotina (Oliveira & Crepaldi, 2018). Já a preservação de vínculos afetivos consistentes com ambos os genitores, a presença de suporte emocional e a manutenção de uma rotina previsível funcionam como importantes fatores protetivos, favorecendo uma adaptação mais saudável à nova configuração familiar (Roseiro et al., 2020).

Qualidade da coparentalidade e guarda compartilhada

A coparentalidade – entendida como a forma pela qual os pais compartilham responsabilidades parentais após a separação – destaca-se como um dos principais determinantes do bem-estar infantil no contexto pós-divórcio. Pesquisas como as de Oliveira et al. (2020) e Palhares et al. (2018) mostram que a cooperação entre os genitores pode reduzir consideravelmente o estresse decorrente da reorganização familiar, proporcionando à criança um ambiente mais estável, acolhedor e previsível. Quando os pais mantêm uma comunicação funcional, tomam decisões em conjunto e priorizam o bem-estar dos filhos, há menor risco de surgimento de sintomas emocionais e comportamentais.

Nesse cenário, a guarda compartilhada é frequentemente citada como uma estratégia benéfica, desde que acompanhada de práticas coparentais colaborativas. Embora sua adoção esteja prevista pela legislação brasileira (*Lei nº 13.058/2014*), sua efetividade na prática depende da existência de respeito mútuo e de um compromisso genuíno com o cuidado conjunto. Em situações em que a guarda é apenas formalmente compartilhada, mas o relacionamento parental continua permeado por disputas, os danos à criança podem ser ainda mais acentuados do que em contextos de guarda unilateral (Palhares et al., 2018).

Os estudos também sugerem que a guarda compartilhada, quando utilizada como ferramenta de controle ou disputa, pode intensificar o sofrimento infantil. Portanto, é a qualidade da coparentalidade – mais do que o modelo jurídico adotado – que determina os efeitos reais da separação sobre o desenvolvimento das crianças (Oliveira et al., 2020).

Contribuições da psicologia clínica no contexto da separação

A psicologia clínica desempenha um papel central no apoio às famílias durante o processo de dissolução conjugal. Os dados apontam a relevância de intervenções precoces que contribuam para o fortalecimento emocional da criança e para a reorganização das funções parentais. Medina-Martínez et al. (2024) destacam que intervenções estruturadas, envolvendo pais e filhos, favorecem a regulação emocional infantil e reduzem sentimentos de insegurança e abandono. Tais intervenções, desenvolvidas em espaços como clínicas-escola, serviços públicos, ambulatorios ou consultórios privados, são fundamentais para o acolhimento do sofrimento emocional vivenciado por todos os membros da família.

Além do cuidado direcionado às crianças, o acompanhamento psicológico dos pais é igualmente necessário. Muitos adultos enfrentam sobrecargas emocionais intensas durante a separação, o que compromete sua disponibilidade afetiva e a capacidade de exercer uma parentalidade sensível. Nesse sentido, o trabalho clínico possibilita tanto o manejo das emoções

quanto o fortalecimento de uma postura parental mais empática e consciente (Ambros et al., 2022).

Ademais, outras estratégias têm se mostrado eficazes, como os programas de mediação familiar, oficinas de habilidades parentais e redes de apoio social. Esses recursos contribuem para promoção da resiliência infantil e para reestruturação de vínculos familiares mais funcionais (Roseiro et al., 2020). Destaca-se também a necessidade de formação contínua dos profissionais de saúde, educação e assistência social, com vistas à identificação precoce de sinais de sofrimento emocional e ao devido encaminhamento para serviços especializados.

Impactos no desenvolvimento emocional da criança

Os efeitos da separação conjugal não se restringem a reações imediatas, mas podem provocar repercussões duradouras no desenvolvimento emocional das crianças. Quando não se estabelecem vínculos seguros e consistentes, há risco de comprometimento da estrutura emocional da criança, o que pode afetar negativamente sua identidade, a regulação emocional e a capacidade de formar vínculos futuros. Bowlby (1982), Dalbem e Dell’Aglia (2005) argumentam que a ruptura da previsibilidade emocional e da constância afetiva pode comprometer a construção dos modelos internos de apego, fundamentais para o desenvolvimento saudável.

Roseiro et al. (2020), Vergara-del Solar e Sepúlveda-Galeas (2022) observam que o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais está intrinsecamente ligado à qualidade das relações familiares no período pós-divórcio. Crianças que mantêm vínculos regulares com ambos os pais se sentem escutadas e valorizadas, demonstram maior segurança nas interações interpessoais, autorregulação emocional e empatia. Por outro lado, aquelas expostas à negligência afetiva, rejeição ou alienação parental são mais suscetíveis a quadros de ansiedade, baixa autoestima, depressão e dificuldades nos relacionamentos.

Por fim, observa-se que, apesar dos avanços na literatura sobre o tema, persistem lacunas relevantes, sobretudo no contexto brasileiro. A predominância de estudos qualitativos, a escassez de pesquisas longitudinais e a pouca consideração de fatores como classe social, raça, gênero e estrutura familiar ampliada limitam a compreensão dos impactos do divórcio em diferentes realidades (Ambros et al., 2022; Rother, 2007). Diante disso, reforça-se a importância de investir em pesquisas mais abrangentes e na formulação de políticas públicas que incentivem práticas coparentais colaborativas e garantam o acesso a suporte psicológico qualificado para famílias em processo de separação (Oliveira & Crepaldi, 2018).

Considerações Finais

A presente revisão da literatura permitiu compreender, de forma aprofundada, os efeitos da dissolução conjugal no desenvolvimento infantil, com ênfase nas dimensões emocionais, relacionais e psicossociais. Observou-se que a separação dos pais, quando vivenciada em contextos de conflito, ausência de suporte e instabilidade nas relações coparentais, pode acarretar impactos significativos para a saúde mental das crianças. Dentre os principais efeitos, destacam-se alterações no comportamento, dificuldades de regulação emocional, insegurança afetiva e prejuízos na formação de vínculos. Em contrapartida, fatores protetivos como coparentalidade positiva, guarda compartilhada bem estruturada e acompanhamento psicológico mostraram-se fundamentais para favorecer a adaptação e o bem-estar infantil durante e após o processo de separação.

Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de ampliar as estratégias de intervenção interdisciplinares que envolvam profissionais da Psicologia, do Direito, da Educação e da Assistência Social, com vistas à promoção de contextos familiares mais acolhedores e saudáveis. A criação de políticas públicas que incentivem práticas coparentais colaborativas e a valorização do cuidado emocional na infância são caminhos fundamentais para redução dos impactos negativos da separação conjugal. Além disso, ressalta-se a

importância de novas pesquisas, especialmente de caráter longitudinal e com enfoque nas especificidades socioculturais brasileiras, que possam aprofundar a compreensão dos desdobramentos da dissolução conjugal ao longo do ciclo vital e subsidiar práticas clínicas e institucionais mais eficazes.

Referências

- Almeida, C. G. de, Peres, E. A., Garcia, M. R., & Pellizzar, N. C. S. (2000). Pais separados e filhos: análise funcional das dificuldades de relacionamento. *Estudos de Psicologia*, 17(1), 31-43. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2000000100003>
- Ambros, T. M. B., Coltro, B. P., Vieira, M. L., & Lopes, F. M. (2022). Coparentalidade e comportamento da criança no contexto do divórcio: uma revisão sistemática. *Psicologia: Teoria e Prática*, 24(1), 1-15.
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss*: Vol. 1. Attachment (2ª ed.). Basic Books.
- Dalbem, J. X., & Dell’Aglío, D. D. (2005). Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 12-24.
- Eymann, A., Busaniche, J., Llera, J., De Cunto, C., & Wahren, C. (2009). Impact of divorce on the quality of life in school-age children. *Jornal de Pediatria*, 85(6), 547–552. <https://doi.org/10.2223/JPED.1958>
- IBGE. (2023). População do país vai parar de crescer em 2041. *Agência de Notícias IBGE*. <https://www.ibge.gov.br>
- Martins, A. I. R. (2010). *Impacto do divórcio parental no comportamento dos filhos: fatores que contribuem para uma melhor adaptação. Implicações médico-legais*. [Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio->

aberto.up.pt/bitstream/10216/26364/2/Tese%20de%20Mestrado%20Ana%20Martins.pdf

- Medina-Martínez, S. M., Sánchez Rodríguez, R. M., Garrido Pérez, S. M. G., Avalos-García, M. I., De la O León, C. A., & Castillo-Orueta, M. L. (2024). Efficacy of a family intervention in grief complicated by couple breakup in primary care. *Horizonte Sanitario*, 23(1), 151-158. <https://doi.org/10.19136/hs.a23n1.5715>.
- Oliveira, J. L. A. P., & Crepaldi, M. A. (2018). Relação entre o pai e os filhos após o divórcio: Revisão integrativa da literatura. *Actualidades en Psicología*, 32(124), 137-148.
- Oliveira, J. L. A. P., Campeol, Â. R., & Crepaldi, M. A. (2022). Coparentalidade e paternidade após o divórcio: experiências de pais e mães separados(as). *Pensando Famílias*, 26(1), 104-120.
- Palhares, D., Santos, Í. A., & Melo, M. A. A. (2018). Impactos do divórcio e da guarda compartilhada na saúde e no bem-estar das famílias. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, 16(3), 159-165.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano* (12ª ed.). McGraw-Hill.
- Roseiro, C. P., Paula, K. M. P., & Mancini, C. N. (2020). Estresse e enfrentamento infantil no contexto do divórcio parental. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(1), 55-71. <https://doi.org/10.36482/1809-5267>.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v-vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Vergara-Del Solar, A., & Sepulveda-Galeas, M. (2022). Ambivalência cultural sobre o divórcio nos discursos de crianças e adultos. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 20(3), 195-213. <https://doi.org/10.11600/rllcsnj.20.3.5521>